



Comissão Estadual de
Validação e Acompanhamento

**ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
DA COMISSÃO DE VALIDAÇÃO E
ACOMPANHAMENTO DO SISA - CEVA,
REALIZADA EM 03 DE MARÇO DE 2015.**

Em três de março do ano de dois mil e quinze, às 08h52min, na sala de reuniões do Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais – IMC, à Avenida Nações Unidas, nº 233, 2º Andar, Bosque, Rio Branco-Acre, realizou-se a segunda reunião extraordinária da Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento (CEVA) do Sistema Estadual de Incentivo a Serviços Ambientais (SISA), ano de exercício 2015.

A presente reunião integra a visita de monitoramento do Programa REM (REDD para *Early Movers*), por parte dos representantes do KfW (Banco Alemão de Desenvolvimento), Sr. Karl-Heinz Stecher e Sra. Christiane Ehringhaus, junto aos membros da CEVA, na qual foram tratados os seguintes temas:

1. Avaliação dos impactos do Programa ISA Carbono do SISA e seus instrumentos, avanços e monitoramento do Programa REM-SISA, inclusive aspectos de gênero;
2. Estado atual do monitoramento de salvaguardas (avanços desde Agosto de 2014);
3. Discussão sobre Repartição de Benefícios com abordagem de Estoque-Fluxo do REM/KFW;
4. Comunicação do SISA: Papel da CEVA na disseminação do SISA-REM (incluindo estratégia para as críticas de ONGs "NO REDD").

Joci Aguiar (GTA, Coordenadora da CEVA) iniciou a reunião com agradecimento à presença dos membros da CEVA e deu as boas vindas aos representantes do KFW. Falou sobre a mudança institucional do SISA, iniciada ao final do ano de 2014 e abriu espaço para o Sr. Edegard de Deus, Secretário de Meio Ambiente, fazer uma breve explanação sobre tais mudanças.

Edegard de Deus (Secretário de Estado - SEMA), na oportunidade, socializou as mudanças institucionais ocorridas, principalmente no que se refere às secretarias de estado SEDENS e SEMA e ressaltou que essa ainda era uma proposta de Lei preliminar e brevemente seria submetida à aprovação.

Joci Aguiar acrescentou que os Conselhos Florestal e de Desenvolvimento Rural Sustentável do Estado ficaram parados nos últimos meses e perguntou se poderia haver a junção dos Conselhos Florestal CFE, Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia CEMACT e Desenvolvimento Rural e Florestal Sustentável CEDRFS.

Fátima Oliveira (ASIMMANEJO) comentou sobre a importância de não deixar de lado o manejo florestal e complementou a fala da Joci Aguiar, dizendo que havia demandas suficientes para que os conselhos não ficassem parados.

Edegard de Deus propôs fazer uma conversa com os atores envolvidos (CEVA, Conselhos) para obter contribuições e melhorar a formatação antes de submeter a proposta à Assembleia.

Karl-Heinz (Representante do KFW) propôs o foco das discussões desta reunião nas seguintes questões: visão da CEVA sobre a dinâmica do desmatamento; Salvaguardas; Comunicação; Críticas em relação ao SISA e ao REM; e repartição dos benefícios de maneira geral. Propôs ainda, um diálogo livre e focalizado nos desafios.

Joci Aguiar comentou que a respeito da avaliação de impactos, o IMC e as secretarias envolvidas estavam elaborando o Relatório Anual, que estaria pronto apenas no final do mês de março e neste relatório seria possível obter informações a respeito dos avanços do REM. Observou que como a visita de monitoramento prevista para o mês de agosto foi antecipada, o relatório anual e auditoria técnica não ficaram prontos em tempo hábil, e, portanto não havia subsídios para essa análise no presente momento.

Éico Pires (PGE) complementou informando que a CEVA possui duas metodologias de trabalho. No primeiro momento ela participa do plano inicial para aplicação de recursos e no segundo, após a prestação de contas, verifica se a aplicação foi feita conforme proposto.

Joci Aguiar comentou sobre a participação dos beneficiários da COP 20 em Lima, na qual relataram sobre as contribuições que o Programa REM tem trazido às suas comunidades.

Ricardo Mello (WWF - Brasil) trouxe informações relativas ao desenvolvimento de um estudo sobre o impacto do subsídio da borracha que é pago com o recurso do REM, elaborado em parceria com o IMC, o qual possui dois enfoques que são: entender, do ponto de vista econômico, qual é a geração de benefícios em nível de famílias, município e estado, bem como verificar se as famílias estão aumentando a produção da borracha associada à conservação. Acrescenta que esse estudo estará pronto até agosto de 2015.

Christiane Ehringhaus (KFW) chamou atenção para a utilização do termo subsídio, que cria certa resistência, e para a possibilidade de trabalhar o resgate da ideia original da Lei Chico Mendes que é o aumento de preço na lógica de pagamento por serviços ambientais.

Ricardo Mello comentou que a base do estudo que está sendo elaborado é mudar o cunho subsídio para incentivo.

Érico Pires explicou que o termo subsídio utilizado por eles era no sentido de rubrica econômica, mas que poderia e deveria ser divulgado como pagamento por serviços ambientais.

Karl-Heinz acrescentou que a proposta não era mudar o esquema do mecanismo, mas dar outro nome, sendo que o estudo citado pelo Ricardo somado a um plano de comunicação seria uma boa estratégia para mudar para um conceito positivo, deixando claro que estava se falando de subsídio, mas mudando o conceito para prática de valorização de serviços ambientais.

José de Lima Kaxinawa (AEPI) comentou que para as associações, esse recurso foi acessado na forma de editais e que na terra indígena isso já estava consolidado. Afirmou que receberam 18 projetos, mas que conseguiram conveniar apenas 10 em consequência ao teto de valor. Sugeriu que na próxima etapa, esses projetos que não foram contemplados fossem inclusos. Comentou ainda, que as polêmicas relativas aos contra REDD são com um número menor de indígenas e que foram ditas muitas inverdades

na COP 20 em Lima por esse grupo, como por exemplo, que o projeto impede a caça e a pesca indígena.

Marcelo Piedrafita (AEPI) discorreu sobre a participação indígena no processo de construção das salvaguardas e nos processos posteriores, destacando que era importante compreender as possibilidades trazidas por meio do REM, a partir de uma abordagem de políticas públicas que o governo vinha implementando. Comentou ainda, que é perceptível que o incentivo e o fortalecimento das práticas tradicionais indígenas são importante estratégia para manter a floresta em pé. Segundo ele, além das salvaguardas, a construção da Carta de Princípios foi importante, pois estabelece um conjunto de parâmetros e diretrizes que estão sendo priorizadas para as terras indígenas e que foram norteadores de várias discussões. Por fim, disse que o desafio é saber como aproveitar o conjunto de novos conceitos e fundamentar com o histórico de políticas públicas, para que as pessoas se apropriem desses conceitos.

Karl-Heinz acrescentou que há um desencontro da crítica dos NO REDD com a realidade do SISA e do REM no Estado do Acre e que o que eles têm em mente é um modelo de REDD que se baseia em projetos para o mercado, enfatizando que essas críticas nada têm a ver com o que o KFW tem apoiado no Acre, pois não existe vínculo com o mercado. Sobre a repartição de benefícios, disse que deve haver vários critérios, como o apoio aos protetores tradicionais da floresta (indígenas) no conceito de estoque e fluxo, bem como o apoio aos assentamentos da reforma agrária, pequena pecuária, por exemplo, orientando-os para um caminho mais sustentável. Disse ainda que a ideia é mostrar para o mundo que REDD pode ser diferente e pode beneficiar o indígena e o agricultor que queiram trilhar por esse caminho sustentável.

Camila Oliveira (ASIMMANEJO) ressaltou que o Programa REM possibilita que essas comunidades tenham uma imagem do que é o Sistema e que existem beneficiários que hoje se vêem dentro desse programa.

Christiane Ehringhaus sugeriu que, diante das críticas, se mande boas mensagens sobre a realidade do Acre. Por exemplo, por meio de um folheto de quatro páginas ou um vídeo-clip, pois é perceptível que

coisas boas acontecem, mas isso não se comunica claramente. O papel da CEVA nessa comunicação é importante, bem como dos indígenas. Observou que isso deveria ser feito esse ano o mais rápido possível.

Francisca Arara (AMAAIAC) comentou que já tem clareza no que se refere à repartição de benefícios e socializou informações a respeito de sua participação em Brasília, como parte da preparação para o encontro em Paris, onde na oportunidade, falaram sobre a experiência do Acre em REDD, considerando o recurso do Programa REM, que veio para fortalecer o que se já faz na prática. Acrescentou que, ao serem convidados pelo governo para participar do Programa, buscaram compreender o funcionamento do Sistema e com isso perceberam que só crescia aquilo que eles já vinham fazendo. Observou que a AMAAIAC também faz o monitoramento dos resultados desse convênio e que o recurso auxilia na melhoria da segurança alimentar, do tratamento das águas, dentre outros. Finalizou alertando para que as pessoas que estão a frente desse sistema observassem o excesso de burocracia.

Josias Kaxinawa (AMAAIAC) compartilhou brevemente sua experiência dentro do Programa e ressaltou a importância do trabalho sobre mudanças climáticas, bem como, do trabalho que os Agentes Agroflorestais desenvolvem, por meio do repasse de conhecimento que recebem.

Lucas Kaxinawa (AAFI) comentou sobre sua preocupação com as enchentes em decorrência das mudanças climáticas e compartilhou sucintamente sua experiência como Agente Agroflorestal, destacando o trabalho de conscientização do povo indígena, principalmente junto aos jovens. Também destacou a preocupação de sua comunidade em oferecer às escolas alimentos de suas próprias produções, que são mais saudáveis e evitam acúmulo de lixo na floresta.

Christiane Ehringhaus pediu que os indígenas comentassem como foi e o que eles entendiam do processo de salvaguardas. Pediu também que os membros da CEVA comentassem como foi o processo de consulta e adaptação do plano.

Edegard de Deus, sobre a questão de críticas, acrescentou que estavam elaborando uma estratégia para

comunicar depoimentos a partir da realidade sobre o REDD no Acre.

Joci Aguiar considerou que a construção de uma política participativa não se faz de imediato e que isso requer um longo processo de paciência e persistência. Relatou que o SISA levou anos para ser construído, desde 2009 e que as Salvaguardas começaram a ser construídas a partir de alguns passos dentro da CEVA e também com o empenho da equipe do IMC, desde as oficinas para as consultas até chegar ao Manual de Salvaguardas. Para isso, foram ouvidos vários setores da sociedade, de forma participativa e democrática, como os indígenas, por exemplo, que foram os que melhor absorveram esse sistema, mas ainda é necessário incorporar outros atores.

Francisca Arara comentou que, após um melhor entendimento do SISA, com a criação do GT Indígena, questões como a gestão territorial puderam ser discutidas e que participaram de oficinas com as lideranças indígenas e também contaram com a orientação dos parceiros nas tomadas de decisão. A partir de então foi elaborada a Carta de Princípios, que norteia as ações futuras e deu garantia para valorizar o conhecimento tradicional. Ressaltou que o Projeto REM possibilita também que eles cheguem até as comunidades.

Érico Pires observou que a questão de estoque e fluxo já está clara e que a distribuição de benefícios está bem definida no Acre.

Karl-Heinz questionou como se encontra a integração da questão de gênero dentro das salvaguardas.

Joci Aguiar respondeu que na questão de gênero foi firmado um Termo de Cooperação Técnica junto a SEP Mulheres, para que esse tipo de debate fosse levantado nesses grupos, por meio de oficinas nos municípios, incorporando a questão dos serviços ambientais. Observou que esse tipo de trabalho ainda precisa ser feito como movimento de mulheres e com os grupos que se tem acesso. Acrescentou ainda, a dificuldade em trabalhar o tema “meio ambiente” com as mulheres, pois esta ainda não é uma pauta relevante nesse meio.

Karl-Heinz sugeriu que no relatório se acrescentassem informações a esse respeito, por exemplo,

quando se repassa um determinado recurso qual é o impacto sobre a divisão dos papéis na família e como isso tem implicado nas questões de gênero.

Joci Aguiar informou que a CEVA é limitada ao monitoramento *in loco*, e que precisam da análise da auditoria técnica para verificar quais as sugestões a fim de alcançar esses objetivos. Informou ainda que dentro desses debates, o foco não é apenas a mulher, mas os jovens e os idosos, também como parte da unidade familiar.

Christiane Ehringhaus sugeriu que se tenha um nivelamento nas questões da auditoria técnica, para que a CEVA possa fazer esse acompanhamento de perto.

Camila Oliveira fez uma breve abordagem sobre a questão das Salvaguardas, informando que uma consulta pública foi feita e ficou à disposição da sociedade durante 30 dias. Informou também que tiveram a preocupação de que os atores envolvidos, como indígenas, tivessem acesso a esse documento. Para isso, fizeram oficinas por segmentos para garantir esse acesso, sendo que em cada oficina o Relatório de Autoavaliação do Cumprimento de Salvaguardas no SISA era apresentado e também uma breve retrospectiva histórica para aqueles que não tinham participado de todo o processo. Após os apontamentos desses grupos, finalizaram a consulta pública com a representação dos três conselhos e também outras organizações como o GT Indígena. Todo o processo foi apresentado a essa instância de governança para que pudessem aprovar o documento. Após isso, houve sugestões, como a solicitação das capacitações de indígenas nas aldeias, que é identificado no relatório como lacuna. Concluiu informando que essas lacunas estão sendo trabalhadas no relatório da Iniciativa Internacional, que vai subsidiar a construção do plano de ação do SISA para solucioná-las.

Joci Aguiar informou que a reunião para discussão das questões sobre salvaguardas estava agendada para o dia 24 de março, que seria feita conjuntamente ao planejamento anual da CEVA.

Karl-Heinz pediu que fosse disponibilizado a eles um documento que constasse a descrição desse processo das salvaguardas.

Christiane Ehringhaus questionou se os membros da CEVA têm acompanhado as discussões da ONU bem como a política nacional sobre as salvaguardas.

Joci Aguiar respondeu que em nível nacional, dentro do Ministério, a discussão sobre salvaguardas estagnou e que ficaram apenas com algumas iniciativas pontuais. Acrescentou que existem os fóruns em que os governos participam dessa construção, mas que ela não participa.

Fátima Oliveira acrescentou ainda que, com relação ao setor privado, será realizado um evento em que um dos temas é mudanças climáticas e mecanismos de mercado. Será promovido outro evento no meio do ano de 2015 também sobre esse tema. Considerou que em nível de estado no setor privado, o Acre está à frente, mas em nível federal ainda está estabilizado.

Edegard de Deus acrescentou que existe uma predeterminação do governo federal no que diz respeito à repartição dos benefícios e que isso tem inconformidade com o que os estados subnacionais estão construindo no Brasil. Disse ainda que os estados da Amazônia têm tido protagonismo e que isso tem sido alvo de debate junto ao GCF, e que também é um impasse junto ao governo federal. Observou que é preciso reorganizar o processo de discussão com os novos atores que estão chegando, como por exemplo, conversar com os novos secretários de meio ambiente dos estados e na sequência retomar as discussões com o governo federal.

Ricardo Mello fez uma breve explanação sobre a experiência do WWF junto à questão das salvaguardas e destacou a importância de se observar como o estado vai monitorar o que está proposto no Manual de Salvaguardas e os custos disso.

Joci Aguiar, sobre a questão da comunicação, relatou que no primeiro momento o enfoque foi a análise dos documentos e que em 2014 discutiram o plano de comunicação, mas não foi executado por ser um ano político, portanto a execução ficou para o ano de 2015.

Érico Pires complementou com a informação de que o plano de ação não foi iniciado, pois é necessário ter uma estrutura inicial montada com resultados positivos para divulgação, além do mais, em 2014

havia restrições para divulgação, por ser um ano eleitoral. A CEVA também ainda não tinha as condições necessárias para entrar nessa fase. Considerou que esse é o momento de se pensar em como trabalhar e veicular essas informações construídas até agora, como também já existem exemplos concretos para fazer uma publicidade positiva para o Sistema e não apenas contra argumentar os ataques ao REDD.

Karl-Heinz levantou a possibilidade de posicionamento das comunidades indígenas frente às acusações que têm surgido.

Érico Pires respondeu que esse posicionamento sugerido pelo Karl era possível e que quando o SISA passasse a ser divulgado e conhecido, a recepção dessas acusações seria muito menor do que quando não se conhece o Sistema.

Christiane Ehringhaus ressaltou a importância de se ter, nos eventos do ano de 2015, a declaração das associações indígenas de que aquelas associações que estavam acusando não os representavam e que esse tipo de documento para a comunicação internacional é muito útil.

Érico Pires propôs que o KFW auxiliasse na construção de ideias de como seriam essas respostas.

Marcelo Piedrafita comentou sobre a necessidade de se pensar em linguagens e mecanismos de discurso que estejam dialogando com esse público em Rede e não apenas responder a críticas, a partir de uma linguagem específica, com números, marcos, etc., de forma adequada a esse tipo de público e de maneira mais ampla.

Karl-Heinz comentou que trabalhar isso de forma integral e durante um tempo prolongado era uma questão, outra era o desafio imediato. Portanto seria importante elaborar um material sobre pontos concretos.

Érico Pires sugeriu utilizar manifestações escritas das associações e também da CEVA.

Francisca Arara observou que nesse aspecto, as associações sugeriram convocar as pessoas para conversarem nas reuniões que estão previstas para abril e novembro de 2015 e a partir daí elaborarem

um manifesto para tratar sobre informações que os NO REDD estavam divulgando.

Christiane Ehringhaus sugeriu aproveitar esse encontro citado pela Francisca em abril para fazer um depoimento escrito, assim como, gravar o encontro em vídeo.

Ricardo Mello sugeriu também que os membros da CEVA participem da pauta do desmatamento na reunião do dia 04.

Christiane Ehringhaus finalizou a discussão reforçando a importância de uma comunicação tecnicamente qualificada.

Nada mais havendo a tratar, a Sra. Joci Aguiar, Coordenadora da Ceva, declarou suspensa a reunião para a lavratura da Ata, que vai assinada por mim, Ruth Paiva, que registrei a reunião.

Participantes

Karl-Heinz Stecher	KFW Banco Alemão de Desenvolvimento
Christiane Ehringhaus	KFW Banco Alemão de Desenvolvimento
Joci Aguiar	GTA
Edegard de Deus	SEMA Secretaria de Estado de Meio Ambiente
Erico Pires	PGE Procuradoria Geral do Estado do Acre
Cristina Lacerda	SEMA
Ricardo Mello	WWF Brasil
José de Lima Kaxinawa	AEPI
Marcelo Piedrafita	AEPI
Camila Oliveira	ASIMMANEJO
Francisca Arara	AMAAIAC
Josias Kaxinawa	AMAAIAC



Comissão Estadual de
Validação e Acompanhamento

Lucas Kaxinawa	AAFI
Fátima Oliveira	ASIMMANEJO
Falberni Costa	EMBRAPA
Moacir Haverroth	EMBRAPA